

1.

Introdução

Em um século caracterizado por transformações intensas num fluxo constante, sejam elas relacionadas às tecnologias, à economia, aos valores sociais ou aos costumes, surge a necessidade de se refletir sobre o processo de mudança que elas desencadeiam na família, nos relacionamentos amorosos, nos padrões de consumo, etc, bem como sobre a continuidade de padrões e valores sociais.

O presente estudo teve justamente o objetivo de refletir sobre mudanças e permanências de padrões sociais no contexto da contemporaneidade, tendo como foco de investigação as mudanças nos projetos de vida dos indivíduos de duas gerações. A escolha por trabalhar com pessoas de duas gerações, contrapondo seus discursos, advém exatamente do intuito de confrontar duas realidades distintas e melhor compreender a contemporaneidade. Como afirma Mannheim (1982), há um imbricamento entre processo de mudança social e renovação geracional, o que torna a avaliação das experiências de duas gerações muito propícia para se apreender as transformações sociais.

Muitas das mudanças vividas no universo da família nas últimas décadas já são anunciadas pelos dados estatísticos. De acordo com pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nascimento, casamento e óbitos, acontecimentos estreitamente ligados à vida familiar, têm ocorrido diferentemente na vida das pessoas, considerando as últimas décadas. Os dados indicam um declínio significativo nas taxas de natalidade, um aumento na esperança de vida, o aumento das idades em que homens e mulheres se casam, bem como um aumento no número de casamentos, sendo este aumento atribuído também ao reconhecimento legal de uniões informais, ou seja, co-habitação dos cônjuges sem o registro civil da união, um aumento no número de divórcios e ainda um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres.

Trata-se de mudanças relacionadas ao mesmo tempo com a família e com a trajetória de vida das pessoas. Como afirma Goldani (1990), é possível compreender as mudanças da família pelo viés das mudanças nas trajetórias de

vida dos indivíduos, justamente porque elas acontecem dentro de um contexto mais amplo de mudanças. É este o enfoque que se buscou dar ao problema das transformações da família neste estudo. A relação entre subjetividade, relações familiares e contexto sócio-histórico-cultural é inviolável e, portanto, torna-se necessário compreender os fenômenos da vida privada sem negligenciar o fato de que o que se vivencia nessa esfera tem uma matriz social, é uma realidade socialmente construída, como apontam Berger & Kellner (2007).

Neste estudo, buscou-se compreender articuladamente as mudanças ocorridas na família e na trajetória de vida dos indivíduos. A questão que nos guiou foi a de compreender que lugar a família ocupa (no caso das pessoas entrevistadas da geração mais jovem) ou ocupava (no caso das pessoas entrevistadas da geração mais velha) nos projetos de vida dos indivíduos, ou seja, de saber de que maneira, imbuídos de que expectativas, constituir uma família faz/fazia parte de seus projetos de vida pensados no contexto mais amplo de suas trajetórias de vida.

Esta questão se apóia no fato de as mudanças da contemporaneidade apontarem para uma transformação nos sentidos atribuídos pelos indivíduos às relações. Como apontam Giddens (2003), Hall (2001) e Bauman (2008), vem ocorrendo um reposicionamento dos indivíduos diante das tradições, em decorrência da individualização da sociedade. As referências tradicionais não deixaram de existir no mundo contemporâneo. Ocorre que, em primeiro lugar, as tradições são reinventadas, esvaziadas de seu conteúdo “tradicional” e associadas a outros significados produzidos no contexto atual; e, em segundo lugar, que as tradições convivem com outras referências postas à disposição dos indivíduos. Ficam abertas aos indivíduos possibilidades de escolha em suas vidas – ainda que esta escolha se dê dentro de um campo de possibilidades, como ressalta Velho (1999) – o que influencia diretamente a própria base de uma identidade.

A possibilidade de fazer escolhas, ou melhor, a imposição de que se façam escolhas, produz um deslizamento na dimensão das identidades individuais, de modo que é a própria configuração do “eu” que se encontra maleável. Nesse sentido, a emancipação do indivíduo faz com que a identidade passe de uma “coisa dada” a uma “tarefa” (Bauman, 2008). Há, portanto, a necessidade de que o

indivíduo se transforme no que ele é, o que não se dá de modo independente das escolhas que são feitas em sua vida.

Portanto, as indagações sobre o lugar da família nos projetos de vida dos indivíduos hoje buscam os novos significados que as relações familiares passam a ter em um mundo marcado pela maior margem de manobra dos indivíduos sobre suas vidas e suas identidades.

Como discutem Singly (2005; 2007) e Kaufmann (2004; 2007), nesse contexto, ocorreram importantes transformações na natureza das relações estabelecidas dentro da família. O maior valor atribuído à afetividade, à intimidade e ao reconhecimento pessoal gerou mudanças nas razões pelas quais estar em família – bem como constituir uma família – pode ser importante para os indivíduos.

Assim, propomo-nos a investigar os projetos de vida de pessoas de duas gerações, privilegiando compreender o lugar da família nesses projetos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com vinte pessoas, sendo dez da geração mais velha (com idades entre 63 e 69 anos) e dez da geração mais jovem (com idades entre 27 a 34 anos), metade homens, metade mulheres, todos das classes médias do Rio de Janeiro, moradores de bairros da zona sul.¹

O roteiro de entrevista foi elaborado de forma a permitir que informações não previstas emergissem, o que de fato aconteceu. Através das entrevistas, observou-se que a idéia de “projetos de vida” não funciona da mesma forma para as pessoas das diferentes gerações. Para os entrevistados da geração mais velha foi corriqueiro obter respostas diretas sobre os projetos de vida que tinham quando eram jovens. Já para a geração mais jovem, a resposta frequentemente dada era a de que “não tinham projetos”, pelos menos não “projetos a longo prazo”. Esta foi uma constatação muito significativa para o andamento da pesquisa. Além de já ser um dado muito significativo no que se refere à forma de engajamento dos indivíduos na vida, tal observação levou a uma reflexão sobre a questão que mobilizou a pesquisa.

¹ Uma descrição mais detalhada sobre a metodologia de pesquisa utilizada encontra-se no Capítulo 5 da tese.

A atitude de fazer ou não fazer projetos de vida foi compreendido por nós como reflexo dos diferentes modos de inserção social próprios de contextos modernos e pós-modernos e, mais precisamente, das distintas formas com que se concebe a relação entre o passado e o futuro nesses dois contextos (Bauman, 1998; 2008).

Como afirma Tourraine (1994), a ideologia modernista resulta de transformações ocorridas desde a Renascença até a Revolução Francesa e Revolução Industrial Inglesa que levaram à substituição da arbitrariedade da moral religiosa pelo conhecimento das leis da natureza. Para o pensamento modernista, os seres humanos pertencem a um mundo governado por leis naturais que a razão pode descobrir desenvolvendo métodos de experimentação apropriados e às quais ela própria está sujeita. A ênfase dada à racionalidade alimenta a afirmação do potencial de controle e transformação do homem sobre o mundo e sobre si mesmo, levando à valorização de planejamento, disciplina e ordem como estratégias para este fim.

Nesse contexto, de acordo com Bauman (2008), verifica-se uma espécie de confiança no presente traduzida como crença no progresso. Há a sensação de que “somos nós que fazemos as coisas acontecerem” (p.143), e que a história é uma marcha em direção à felicidade. Em tal conjuntura, justifica-se que se façam projetos de vida.

Mas, fazer projeções do futuro é como transformar o presente em referência para um futuro projetado. Para planejar o futuro, é necessário dominar o presente, perceber o mundo como sendo estável, com referências duráveis e sólidas. Como afirma o autor, “Para escalar as montanhas, deve-se ter os próprios pés firmes no solo” (Bauman, 2008, p.71). Então, é controlando o presente que se pode projetar um futuro.

Justamente, o que se observa no cenário atual, também chamado de pós-modernidade, é que a estabilidade das referências existente na modernidade vem se perdendo. Hoje, a flexibilização penetra em todos os aspectos da vida, fazendo de todos os parâmetros individuais âncoras soltas, mutáveis, como afirma Bauman (1998; 1999; 2001; 2008). Deste modo, nas palavras do autor: “em uma vida

governada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias, os planos e desejos de vida só podem ser de curto prazo” (Bauman, 2008, p.147).

Na contemporaneidade, conforme Bauman (1998; 2008), está em jogo a inexistência de regras permanentes. Surge como alternativa viver só o presente, um dia de cada vez, sem pensar no passado nem no futuro. Dentro deste contexto, os projetos de vida são fluidos, refletindo a liquidez com que as referências externas se expressam e a necessidade de que os indivíduos reavaliem constantemente seus planos. Nesse contexto, ter projetos a longo prazo é inadequado.

Essas reflexões tornam compreensível o porque das respostas dos entrevistados da geração mais jovem sobre seus projetos futuros. A indiferença com relação a projetos de vida a longo prazo hoje, como se viu nos discursos dos entrevistados mais jovens, é uma consequência da precariedade de controle do presente, o que faz do futuro algo imprevisível, difícil de ser imaginado.

Surgiu, então, como questionamento saber se o fato de as pessoas da geração mais jovem não fazerem projetos a longo prazo influenciava seus desejos de constituir família. Afinal, constituir família, se casar, ter filhos, são planos que exigem o comprometimento dos indivíduos por muitos anos, senão pela vida toda. Mas, considerando que no contexto da contemporaneidade, esta qualidade de vínculos se mostra, muitas vezes, indesejável, pela imposição da restrição da mobilidade individual necessária para sua manutenção, como os planos de constituir família podem ser possíveis?

Tudo isso proporcionou uma nova escuta para nossa pergunta sobre os planos de constituir família nas trajetórias de vida dos indivíduos. Que importância poderia existir em ter uma família, seja um companheiro, sejam filhos - se é que isso se afirmava como algo importante - num contexto em que as trajetórias de vida são marcadas pela não existência de projetos de vida claramente definidos?

Este estudo teve como objetivo, não apenas o de buscar respostas para tal questão, mas também o de situar os discursos das pessoas entrevistadas da geração mais jovem no processo mais amplo de transformação social, tomando como contra-ponto os discursos das pessoas de uma geração mais velha. Tendo

como pano de fundo um contexto marcado pelo aprofundamento das relações individualistas, a problemática contemporânea de constituir família se inscreve na problemática contemporânea de compatibilizar laços de pertencimento e demanda de autonomia individual (Giddens, 2002) ou de unir as necessidades de liberdade e segurança (Bauman, 2008).

A análise dos discursos apontou duas definições diferentes de família: uma, constituída a partir da existência do casal, e outra que se define menos pela existência de um casal estável e mais pela existência de filhos. Ela indicou ainda haver uma relação entre as mudanças na concepção de família e as mudanças no modelo social de trajetória de vida individual. Observou-se que querer se casar, ter filhos, formar uma família, é algo que está intimamente articulado ao que se apresenta como modelo de trajetórias de vida para os indivíduos em cada contexto social. Deste modo, as reflexões desenvolvidas nesta tese, a partir da pesquisa de campo, buscaram explicar como vêm se transformando a concepção de família e o modelo de trajetória de vida individual, dialeticamente.

Na discussão dos resultados desta pesquisa, trabalhamos com as seguintes suposições: a idéia de constituir uma família se apresenta diferentemente para as pessoas de cada geração. Para uma, há uma concepção de família baseada na existência de um casal estável em seu centro; para a outra, a concepção de família se baseia menos na existência do casal e mais na dos filhos. Não que a família anteriormente não tivesse nos filhos um elemento também fundamental. O que muda é a relação entre “ter filhos” e “casamento”.

Cada uma dessas concepções de família está relacionada a um modelo de trajetória de vida. A descentralização do casal dentro da concepção de família está ligada ao alto grau de individualização e despadronização das trajetórias de vida que caracterizam a contemporaneidade. O aumento dos casos de divórcio nas últimas décadas revela justamente um desajuste de uma concepção de família que tinha o casal estável como núcleo e um reposicionamento do indivíduo nas relações provocado pela individualização da sociedade. Deste modo, o confronto das duas concepções de família põe em evidência os limites do modelo de família conjugal em face da crescente individualização da sociedade.

As reflexões tecidas nesta tese visam a contribuir para o debate sobre os horizontes da família em contextos de individualismo. Que família é possível

existir em um contexto de individualização das trajetórias de vida? Como a maior flexibilidade das trajetórias de vida, com o aumento da margem de inventividade aberta aos indivíduos sobre as fases da vida, interfere na configuração familiar? Como o cenário geral de instabilidade dos relacionamentos se liga à transformação de um padrão familiar?

Apesar de todas as mudanças discutidas, há de se considerar que, se existe algo que não mudou para as pessoas das duas gerações estudadas, é o fato de a família continuar sendo apontada como algo muito importante para os indivíduos. As relações familiares são uma importante rede de apoio, de reconhecimento pessoal, de troca afetiva e de troca de referências para os indivíduos das duas gerações. A persistência da importância dos vínculos familiares é algo intrigante, como Giddens (2003) já havia apontado. Mas, tratando-se aqui da família no contexto brasileiro, pode-se dizer que o fato de as relações familiares continuarem sendo importantes para as pessoas era um resultado esperado, considerando-se a histórica influência da rede familiar na estrutura social.

As discussões aqui apresentadas foram construídas dentro de um enfoque interdisciplinar. Foram contempladas referências bibliográficas dos campos da psicologia, da sociologia e da antropologia, produzidas no Brasil e em outros países, principalmente a França, todas elas concebidas como sendo apropriadas e enriquecedoras para a abordagem deste tema.

A tese está disposta em outros cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, foram apresentados aspectos gerais e introdutórios do estudo empreendido.

No segundo capítulo, foi discutida a instituição do individualismo como marca das sociedades modernas a fim de caracterizar as relações familiares e os laços sociais na contemporaneidade. Para tanto, foi feita uma breve revisão da história do individualismo nas sociedades ocidentais baseada nas contribuições de Dumont (1983), Simmel (1989) e Singly (2007). Em seguida, foram discutidas as especificidades da configuração individualista no Brasil, trazendo contribuições de DaMatta (2007), Figueiredo (1995) e Schwarz (1981). Posteriormente, discorreu-se sobre as consequências do individualismo para os laços sociais, a partir de obras de autores como Elias (1994), Giddens (1993; 2002), Maffesoli (1987), Paugam (2009), Singly (2005) e Velho (1986; 1999). E por fim, foram feitas indagações sobre as repercussões dessas mudanças no laço social para o universo das relações familiares.

No terceiro capítulo, foram tratadas as repercussões do aprofundamento do individualismo para a padronização das trajetórias de vida dos indivíduos. Refletiu-se, num primeiro momento, sobre a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada, tendo como base autores como Cavalli (2003), Kaufmann (2004), Lalive D'Epinay et al (2005), Singly (2005), Widmer, Levy & Gauthier (2006), dentre outros. Em um segundo momento, foi feita uma revisão dos padrões de trajetória de vida produzidos no Brasil, de modo a caracterizar os momentos vividos pelas pessoas das duas gerações focadas nesta investigação, possibilitando ao leitor a contextualização de suas falas. Isso foi feito a partir de uma bibliografia brasileira, dentro da qual destacam-se Costa (1989), Rocha-Coutinho (1994), Schwarcz (2010), Sevcenko (2008).

O quarto capítulo versou sobre a centralidade do valor do individualismo na configuração da família moderna. Explorou tanto os aspectos da formação daquilo que apropriadamente se reconhece como “família moderna”, quanto as tensões e as instabilidades que recaem sobre este modelo de família, em resposta ao individualismo exacerbado da contemporaneidade. Uma atenção especial foi dada ao tópico das mudanças nas relações conjugais contemporâneas, por ser esta uma repercussão central para se compreender as transformações vividas na família nas últimas décadas, dentre as quais se destaca a desestabilização do modelo da família conjugal moderna. Para tanto, foi utilizada uma vasta bibliografia, dentro da qual destacam-se Ariès (2006), Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), Jablonski (1998), Segalen (2008), Singly (2007).

O quinto capítulo destinou-se à apresentação das bases metodológicas sobre as quais foi apoiada a realização desta pesquisa. Neste capítulo estão especificados o tipo de estudo realizado e as contribuições que uma “análise de discurso” pode trazer para uma pesquisa social. Além disso, neste capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na investigação - o recorte da pesquisa, a apresentação dos sujeitos da pesquisa e outras especificações do trabalho de campo e da análise dos dados realizados.

Por fim, no sexto capítulo, está a discussão dos resultados desta pesquisa, obtidos através da análise dos discursos produzidos nas entrevistas.